

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
número 7

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: TEMPOS E ESPAÇOS

Neide Lopes Patarra

Rio de Janeiro

2003

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3695-8

© IBGE. 2003

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2003.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Patarra, Neide Lopes

Movimentos migratórios no Brasil : tempo e espaços / Neide Lopes Patarra. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

50p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 7)

Inclui bibliografia.

ISBN 85-240-3695-8

1. Migração interna - Brasil. 2. Mobilidade social - Brasil. 3. Mobilidade de mão-de-obra - Brasil. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2003-30

CDU 314.72(81)
DEM

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
2 – DA ECONOMIA DO CAFÉ AOS PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO	8
3 – COMPLEXO CAFEIEIRO E FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO: 1890-1930	13
4 – INTEGRAÇÃO DO MERCADO INTERNO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: 1930-1950	17
5 – DO DESENVOLVIMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA:1950-2000	21
6 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, GLOBALIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES: 1980-2000	27
7 – COMENTÁRIOS FINAIS.....	35
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
9 – ANEXO DE TABELAS.....	42

RESUMO

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate recente a respeito da recuperação de amplos processos históricos como recurso para se apreender as relações entre movimentos migratórios e transformações estruturais da sociedade, particularmente relações entre longos processos de redistribuição da população e distribuição das atividades econômicas.

Para tal objetivo, o recurso metodológico da periodização é fundamental; trata-se de explorar relações temporais e eventuais defasagens entre mudanças econômico-sociais e a distribuição da população pelo território.

Na primeira parte do texto examina-se o processo de distribuição da população brasileira no período compreendido entre a expansão da economia cafeeicultora e os primórdios da industrialização. A segunda parte estende-se até o final do século XX, com uma subdivisão que considera 1980 como um ponto de inflexão, ressaltando os efeitos emergentes da internacionalização da economia e a configuração de “novas territorialidades”, com modalidades ampliadas, mais diversificadas e mais excludentes de movimentos populacionais.

Buscou-se refletir sobre as defasagens temporais entre a dinâmica demográfica e a dinâmica econômica, bem como ressaltar os efeitos contraditórios e excludentes dessas ordens de fenômenos, embora a compatibilização com a temporalidade censitária muitas vezes torna difícil a reconstrução dos movimentos.

Pretende-se que os elementos históricos aqui resgatados possam contribuir para o aprofundamento do entendimento da situação presente onde, apesar de manterem-se muitas vezes as tendências anteriores na “aparência” , seu sentido é totalmente distinto em função dos condicionantes macro: reestruturação da sociedade no cenário da economia internacionalizada.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to a recent debate concerning to the recuperation of long run historical processes as a way to grasp the relationships between migration movements and structural changes in society, particularly long processes of population distribution.

To this aim historical periodization constitutes an important methodological tool since it permits to compare the chronology and the dynamics of territorial distribution of economic activities and the population distribution.

In the first part it is considered Brazilian population distribution in the territory since the expansion of coffee economy and the beginnings of industrialization. The second part goes until the end of XX century, using a subdivision starting in 1980 as a inflection moment, pointing the emerging effects of the internationalization of economy and the configuration of "new territorialities" related to the more diverse, intensified and excluding migratory movements.

Demographic Censuses are the main source of information; Censuses' years, however, do not match with socio-political and economic periodization so that it is necessary to identify gaps, smaller and contradictory tendencies along the period.

It is hoped that such historical reconstruction may contribute to the understanding of the contemporary migration movements when previous tendencies still remains with emerging ones, but both with different meaning and implications as a consequence of macro conditionings: society reestruturation in the globalization scene.

1 – INTRODUÇÃO

O presente texto busca, mediante a utilização de séries históricas, refletir sobre as relações entre os longos processos de distribuição da população e os movimentos de distribuição das atividades econômicas, num tripé explicativo que significa, ao mesmo tempo, o entendimento do processo de desruralização/urbanização e regionalização da sociedade brasileira.

Essa reconstrução só se torna possível pela existência de um acervo de conhecimento acumulado, fruto de pesquisas clássicas e recentes sobre o tema, sistematizadas numa bibliografia rica e extensa. Na síntese que ora se apresenta, portanto, busca-se resgatar as contribuições que reconstituem os processos históricos de longo prazo para o entendimento dos movimentos migratórios no Brasil, particularmente em suas vinculações com as transformações no território e na configuração das regiões e de sua rede urbana-metropolitana.

Para tanto, o recurso metodológico da periodização é fundamental; trata-se de explorar relações temporais e eventuais defasagens entre mudanças econômico-sociais e a distribuição da população pelo território. Na reconstrução empírica dos movimentos migratórios e da distribuição da população, os Censos Demográficos constituem a fonte fundamental de informação; o ajuste entre as séries históricas dos dados e as periodizações econômico-políticas vigentes não se ajustam perfeitamente, dificultando a remontagem de defasagens temporais entre as ordens de fenômenos. Mesmo assim, acredita-se, a observação de longos períodos favorece o objetivo, tomando-se em conta que os grandes períodos devem ser entendidos apenas como aproximações que permitem a identificação de grandes tendências. Sem

dúvida, no interior dos períodos, ocorrem oscilações, concomitâncias e defasagens entre ordens de fenômenos, bem como contradições e conflitos de múltiplas tendências.

Na primeira parte retomou-se a periodização utilizada em texto anterior (Lopes & Patarra, 1974), onde examinava-se o processo de distribuição da população brasileira no período compreendido entre a expansão da economia cafeeira e os primórdios da industrialização. A segunda parte estende-se até o final do século XX, com uma subdivisão que considera 1980 como um ponto de inflexão, ressaltando os efeitos emergentes da internacionalização da economia e a configuração de “novas territorialidades”, com modalidades ampliadas, mais diversificadas e mais excludentes de movimentos populacionais.

Neste texto, o segundo grande “momento” estende-se, é claro, até o final do século XX, tomando-se em conta uma subdivisão que considera 1980 como um ponto de inflexão, ressaltando os efeitos emergentes da internacionalização da economia e a configuração de novas territorialidades sobre modalidades ampliadas e mais diversificadas de movimentos populacionais.

2 – Da economia do café aos primórdios da industrialização

Antecedentes: a fase primário exportadora pura: 1808-1890

O período compreendido pelo avanço da economia cafeeira e os primórdios da industrialização constitui um dos períodos mais ricos para o estudo das inter-relações entre dinâmica econômica, espaço e migrações, oferecendo subsídios teóricos importantes para se comparar as mesmas relações em outros períodos.

Esse momento de transição da economia agro-exportadora para o desenvolvimento industrial processa-se, no entanto, a partir de configurações espaciais advindas dos ciclos econômicos anteriores. Sem se pretender aqui uma análise exaustiva dos movimentos migratórios no século XIX, é interessante resgatar, pelo menos, alguns fragmentos analíticos mais

significativos para o entendimento das relações entre distribuição espacial da população e dinâmica econômica herdadas do período Colonial e Imperial.

Martine¹ (1990), em sua análise sobre os movimentos migratórios de origem rural numa perspectiva histórica, nos oferece uma importante contribuição nesse sentido. De acordo com o autor, nessa perspectiva histórica, as migrações internas na Colônia e no Império pautaram-se pelos ciclos de atividade econômica primário-exportadora que tiveram como consequência, para o tema em estudo, uma determinada estruturação territorial caracterizada pela consolidação precoce de uma rede diversificada de cidades, embora com poucos vínculos entre si, uma vez que sua dinâmica interna voltava-se primordialmente para o exterior.

Essa característica distingue o Brasil de outras sociedades latino-americanas marcadas pela primazia urbana (Singer, 1973)². Nas palavras de Martine (p.17),

para efeitos da análise migratória, o interessante é que cada ciclo - pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café ou borracha -, ao deslocar o eixo geográfico da atividade exportadora mais dinâmica, também ocupou novos territórios e provocou a aparição de novos núcleos de assentamento.

É, de fato, uma questão central, no contexto dos ciclos regionais, se

... os deslocamentos sucessivos do eixo dinâmico eram acompanhados, ou não, por transferências de população de uma região para outra, ou se as necessidades de mão-de-obra, em cada novo ciclo, eram basicamente supridas por migrações ultramarinas, seja de colonos, seja de escravos e/ou pela captura de populações indígenas (Martine, 1990, p.19).

¹ Igualmente importantes para o entendimento dos movimentos migratórios no período são os textos de Balan (1973), Lopes (1980), Singer (1968), Graham e Buarque de Holanda (1971), Merrick e Graham (1979) e Faria (1973).

² Cumpre lembrar aqui que a contribuição pioneira e mais importante sobre a formação urbana brasileira no período colonial encontra-se na produção do Prof. Nestor Goulart Reis Filho, da FAU/USP; a retomada de suas colocações é imprescindível se se quiser considerar o conjunto de determinações, inclusive, e principalmente, de determinações políticas na configuração do espaço urbano. Veja-se, entre outros trabalhos, Reis (1968).

Apontando a diversidade de posições entre os estudiosos do tema, o autor cita colocações fundamentais aos nossos objetivos; Castro (1971), por exemplo, argumenta que

... as regiões, mesmo quando pouco articuladas em seu funcionamento corrente, contavam com as demais para crescer, transformar-se, ou mesmo evoluir. As transferências de trabalhadores, em particular, tiveram grande importância em nossa história. Pode-se aceitar como uma das suas características fundamentais o seguinte fenômeno: todo surto decadente servia de fonte; todo movimento ascendente, de destino para a mão de obra rural (Castro, 1971, v.2, p13).

Numa argumentação um tanto distinta, Faria desenvolve uma análise que já se tornou clássica no meio especializado:

Em ambos os casos, o resultado sempre foi a queda nos requerimentos de mão de obra. Essa mão de obra liberada ou deixada desocupada no setor exportador, que perdia dinamismo, parece ter se dedicado à lavoura de subsistência, espalhando-se pelo território.[...] Contudo, existem evidências esparsas de que não houve declínio considerável da população urbana na maioria das cidades. Portanto, o importante a assinalar é que cada ciclo mobilizou importantes contingentes populacionais e que, passado o seu auge, esta população continuou sobrevivendo, provavelmente numa área maior, contribuindo para a ocupação do território. A emergência de um novo produto de exportação, em geral, em outra região, repetia, de certa forma, o mesmo mecanismo. O importante, no entanto, é que [...] essa nova atividade exportadora não absorvia a população resultante da atividade anterior (Faria, 1973; 95-96).

É importante reter, para nossos efeitos, duas dimensões fundamentais, resgatadas do período Colonial e Imperial, a serem comparadas com etapas subsequentes: de um lado, modalidades históricas específicas de constituição de excedentes populacionais e o papel da economia de subsistência nesses momentos; e, de outro lado, as implicações cumulativas das etapas na configuração dos espaços o processo de urbanização e a dinâmica populacional ganham novos contornos à medida que nos aproximamos do

auge da economia do café. Na verdade, coincidindo com o período de expansão da economia cafeeira, o Brasil, já independente, passa a integrar, a partir do segundo decênio do século passado, a nova divisão internacional de trabalho, em consolidação sob a égide o capitalismo industrial.

A população brasileira, desde então, reestrutura-se em decorrência do dinamismo da economia brasileira, baseado principalmente na produção do café, que se estendeu na região Centro-Sul (Rio de Janeiro, Zona da Mata Mineira e São Paulo). Os requisitos populacionais da economia anteriores a 1850 haviam sido satisfeitos, em parte, por pequenos contingentes de imigrantes europeus que formaram colônias nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), voltados para a economia de subsistência e, em parte, pela importação de escravos africanos, no que se refere às atividades voltadas para o mercado.

No período em que cessou o tráfico negreiro mas se manteve a escravidão (1850/1888), o comércio interno de escravos assumiu o papel de fornecedor de mão de obra, que tornou possível a rápida expansão da economia cafeeira em estados do Centro Sul nesse período. A partir de então, uma conjugação de fatores externos e internos, incluindo-se o esgotamento do estoque de escravos, conduziu à solução da imigração subsidiada de trabalhadores europeus, que se tornou a principal fonte de mão de obra para a cafeeira.

É de se considerar a possibilidade de que a economia brasileira de então se movesse com uma relativa escassez de mão de obra, dado que o tamanho da população em economia de subsistência era pequeno demais para propiciar a quantidade de trabalhadores suficientes à economia de mercado em expansão. Do mesmo modo houve, nas últimas décadas do século, movimentos migratórios do Nordeste para o Sul da Bahia, onde se desenvolvia a cultura do cacau. Considerando-se ainda que, nesse período, embora a economia do açúcar houvesse estagnado, o cultivo do algodão e a indústria de fiação e tecelagem estavam em expansão no Nordeste, é de se aceitar a inexistência de um excedente populacional que alimentasse fluxos migratórios capazes de satisfazer as necessidades de mão de obra na cafeeira.

Por outro lado, apesar da existência de fluxos espontâneos de não-escravos para São Paulo (provindos principalmente de Minas Gerais), dada a disponibilidade de terras, esses fluxos dirigiam-se para áreas não utilizadas pelo café. Representavam a expansão no espaço de uma camada camponesa, ao invés de constituírem força de trabalho livre ("livre" de terras); e assim, nesse período de transição para o trabalho assalariado, não formavam um contingente de mão de obra utilizável para a expansão do capital agrário³ Daí o recurso à mão de obra estrangeira. A imigração estrangeira, por sua vez, engendrou, na expansão da cafeicultura, o regime do colonato do café, com implicações demográficas específicas e novas modalidades de reprodução dos grupos sociais envolvidos.

A tabela 1, em anexo, dividida em dois grandes períodos: 1808/1890 e 1890/1950, permite elucidar, apesar dos poucos dados disponíveis, os efeitos dos processos migratórios, internos e internacionais, que se processaram em consequência das transformações econômicas. Os dados referentes aos anos 1808-1823, apesar de sua imprecisão, foram colocados como indicativos da distribuição anterior ao surto exportador do café.

Como se pode observar, esta fase foi marcada pelo crescimento da parte relativa da população localizada nos estados cafeicultores, principalmente São Paulo, que passou de 8,3% em 1808 para 9,7% em 1890 e Minas Gerais, que passou de 14,5% para 22,2% no mesmo período, ao mesmo tempo que decaiu a parcela do Nordeste e Leste (excetuando-se Minas). Esta última região passou de cerca de 64,8% da população, no início do período, para 62,1% em 1890. Por outro lado, os estados do Sul - para onde se dirigia, na época, o principal fluxo de colonização estrangeira, mas também um ainda mais importante fluxo nacional, tiveram sua proporção aumentada, de cerca de 5 para 8%.

3 É importante ressaltar que Balán (1973) faz uma lista de seis categorias de deslocamentos populacionais nesse período: 1. Migração de escravos; 2. Imigração estrangeira; 3. Migração de mão de obra nacional; 4. Expansão da fronteira agrícola de subsistência; 5. Migração livre mas vinculada à produção de borracha na Amazonia; 6. Migração de negros libertos não assimiláveis ao trabalho assalariado.

3 – Complexo cafeeiro e formação do mercado interno: 1890-1930

Este segundo período foi marcado, sem dúvida, pelos intensos fluxos imigratórios para o país, principalmente entre os anos 1890-1920⁴; a tabela 3 apresenta a entrada de imigrantes a partir do primeiro levantamento censitário, 1872, até 1929; pode-se verificar, por essa tabela, que apenas nos anos 1890, foi registrada uma entrada de aproximadamente 1.200.000 pessoas, seguida, nas outras décadas, de volumes bastante expressivos que declinam apenas nos anos 1930; o movimento declinante da entrada de estrangeiros só se altera com o pequeno pico de imigração internacional do segundo pós guerra.

Os principais estados recebedores, ao longo de todo o período, São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos pelos estados sulinos: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sendo que São Paulo supera a supremacia do Rio de Janeiro justamente a partir de 1890, com o auge da economia cafeeira e o colonato do café naquele estado.

Não seria excessivo dizer que a economia cafeeira, com todos os seus desdobramentos, forja a dinâmica econômica e social do período; o modelo agrário exportador baseado na propriedade de grandes expansões de terra e a república oligárquica, baseada no pacto entre as elites regionais parecem sintetizar os elementos que dominaram a vida brasileira durante a Primeira República .

Mesmo com o interregno provocado pela crise de superprodução do café e pela guerra (1914-1918), a expansão contínua das plantações e exportações do café sustentaram e foram sustentadas por uma contínua reprodução da dinâmica migratória. Nas palavras de Vainer e Brito (2001):

4 É ampla a bibliografia sobre imigrações internacionais no período, bem como suas relações com a dinâmica econômica e as transformações sociais. Na perspectiva demográfica tornou-se clássico o minucioso estudo de Levy (1973), amplamente utilizado em análises posteriores. A bibliografia, ao final, indica as principais contribuições sobre o tema.

A solução criativa encontrada por nossa elite para a crise envolvendo a base escravocrata da produção da terra na transição para o trabalho livre permitiu, portanto, a consolidação do latifúndio e por sua requisição à hegemonia econômica e política durante os seguintes 40 anos. O modelo agrário exportador baseado na propriedade de grandes extensões de terra e a república oligárquica, baseada no pacto entre a elites regionais - estes dois desenhos parecem sintetizar, em certa medida, os elementos que dominaram a vida brasileira durante a Primeira República (p.10).

O período agro-exportador, como se sabe, estende-se até 1930, sobrepondo-se, no entanto, durante a Primeira República, a um descontínuo processo de industrialização, cuja vitalidade e cujos limites são dados, em grande medida, pela dinâmica da acumulação do setor cafeeiro (Silva, 1976)

Em termos de ocupação do espaço, o processo de industrialização acentuou a rede urbana pré-existente, configurada desde o período colonial (Singer, 1973), formada por centros que haviam se constituído em mercados para a importação de produtos fabris. O crescimento industrial, por sua vez, intensificou a urbanização: cresceram, assim, os centros urbanos do Centro-Sul, impulsionados pela economia do café (São Paulo, Rio de Janeiro, cidades do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira). Concomitantemente, cresceram e surgiram núcleos sulinos, à base da economia de mercado interno, fornecedora de mantimentos às populações urbanas da própria região e do Centro-Sul (Porto Alegre, Rio Grande, cidades do Vale do Itajaí, de Santa Catarina). No Nordeste (Salvador, Recife) e no Norte (Manaus, Belém) desenvolveram-se núcleos urbanos com base, respectivamente, nas economias exportadoras de cana de açúcar e borracha (Lopes & Patarra, 1975).

A industrialização desse período foi, basicamente, a de bens de consumo corrente: bebidas, alimentos, tecidos e outros para atender a demanda de mercados regionais, praticamente quase estanques; apesar da incipiente industrialização, a economia brasileira continuou fundamentalmente agro-exportadora, e regionalmente dividida até 1930 - café na região Centro-Sul, cacau e cana no Nordeste e borracha no Norte. Para tanto, a autonomia

político-administrativa e financeira dos estados no sistema oligárquico da Primeira República, somente quebrada após 1930, era imprescindível.

De 1890 a 1950, quando se juntou ao impulso proporcionado pelo café, no Centro-Sul, o da industrialização, a parcela relativa dessa região na população do país passou a crescer com maior ímpeto, quase exclusivamente devido ao crescimento de São Paulo (que de 9,7% da população do Brasil, em 1890, passou para 17,6% no fim do período) simultaneamente ao decréscimo relativo da quase totalidade dos estados do Nordeste e do Leste (agora incluindo Minas Gerais). De fato, enquanto a taxa geométrica de crescimento de São Paulo, no período, foi de 3,2% a.a., a taxa correspondente para os estados da região Nordeste e Leste foi de 1,8% a.a., abaixo da média nacional, que foi de 2,2% a.a. (tabela 1, em anexo).

Por outro lado, ainda nessa fase, iniciou-se a ocupação dos estados pioneiros, principalmente com a expansão da economia agrícola de São Paulo, aumentando a parte que lhes cabia da população total (taxa de crescimento pouco acima da média nacional: 2,9% a.a.). Cabe ainda assinalar o comportamento do Norte do país, ligado ao “boom” da borracha: sua população cresceu em termos relativos, até 1920, ao ritmo de 3,8% a.a., para estagnar quase completamente daquele ano até 1950 (tabela 1, em anexo).

Uma aproximação aos efeitos urbanizadores dessa dinâmica econômica pode ser obtida mediante a observação do crescimento populacional das capitais dos diversos estados⁵. A Tabela 2, em anexo, apresenta o tamanho das cidades-capitais nos levantamentos censitários do período aqui considerado, com suas respectivas taxas de crescimento. Pode-se observar por essa tabela, em primeiro lugar, que as taxas geométricas de crescimento para as capitais do país como um todo, tendencialmente crescentes durante o período (exceção feita ao período intercensitário de 1872/1890) encontram seu ponto máximo na década de 1940/1950, coincidindo com o momento em que a industrialização entra num novo patamar de capitalização.

O primeiro período intercensitário (1872/1890) foi de baixa urbanização, com uma taxa de crescimento, para o país como um todo, de 1,5% a.a., média

⁵ Considerando-se que somente a partir do Censo demográfico de 1940 surge a categoria urbano-rural, considerou-se, aqui, o crescimento das capitais das unidades da Federação como proxy do crescimento urbano ao longo nos levantamentos anteriores.

de movimentos opostos, com um número considerável de cidades perdendo população urbana. Já no período intercensitário seguinte (1890/1900), a taxa média para o país (4,2% a.a) foi praticamente três vezes maior que a do período anterior, com a contribuição primordial da cidade de São Paulo (14%), estado que encontrava-se, naquele momento, no auge de sua imigração estrangeira, e cujos limites de influência extravasavam a do seu setor rural, fazendo-se sentir também em seu aglomerado urbano. Além disso, com exceção de duas capitais (Vitória e Goiânia), todas as demais apresentaram valores positivos, ainda que em alguns casos com ritmo de crescimento diminuto, como Recife. (tabela 2)

O terceiro período intercensitário (1900/1920) já apresentou um ritmo de crescimento urbano menos acelerado (2,7% a a para o país) , sendo que o crescimento de São Paulo, bem menor (4,5%), equiparou-se ao de outras capitais, como Belém(4,6%) e Porto Alegre (4,5%).

O período 1940/1950 caracterizou-se por uma relativa homogeneização das distintas regiões quanto ao ritmo de crescimento de suas capitais, pelo acentuado crescimento das capitais dos estados de expansão agrícola (Goiânia e depois Cuiabá) e por um papel decrescente das capitais da região aqui chamada de Centro Sul (polo industrial) quando comparado com as demais capitais da Região Centro-Sul (polo industrial). É interessante de se observar que, enquanto no período inicial, as capitais do Centro-Sul cresceram muito mais rapidamente do que as das duas outras regiões, no período 1940/1950, embora não cessasse o avanço das capitais aqui consideradas como Centro-Sul (mas, ao contrário, tenha se acentuado), o ritmo de sua urbanização (medido pelo crescimento de suas capitais) foi até ligeiramente inferior ao das capitais das regiões periféricas. Isto indica a generalização, em escala nacional, dos processos de desenraizamento das populações rurais e das pequenas cidades. Embora claramente relacionado com o desenvolvimento industrial do país como um todo, a urbanização processa-se agora, em muitas regiões, com relativo desligamento da industrialização local e regional.

4 – Integração do mercado interno e desenvolvimento regional: 1930-1950

Na literatura especializada, o ano de 1930 é apontado, pela quase unanimidade dos autores, como um momento de inflexão decisivo, a partir do qual, como se verá a seguir, as relações entre desenvolvimento econômico e distribuição espacial da população passam a interagir num outro patamar. A partir de então, as periodizações adotadas diferem um pouco, dependendo da consideração maior ou menor que se atribua às instâncias políticas no evoluir do processo: para alguns, o recorte a partir de 1940 prossegue até 1956, para outros estende-se até os anos 60; o golpe de 64 marca, para alguns, um momento de inflexão significativo no papel do Estado como alavanca do desenvolvimento; para outros, a dinâmica econômica prossegue num mesmo sentido até os anos 70.

O que se pretende, neste texto, retomando a idéia esboçada na introdução, é refletir sobre as periodizações adotadas e seu poder explicativo, como demarcadoras de associações específicas entre as ordens de fenômenos aqui considerados, além de utilizá-la como recurso para detectar eventuais defasagens entre essas ordens de fenômenos.

O período pós-30, considerando-se a periodização aqui adotada, pode ser caracterizado pela consolidação do processo de industrialização iniciado, como foi visto no item anterior, no final do século passado e início deste, em decorrência da dinamização do setor agro-exportador. Os vinte anos compreendidos entre 1930 e 1950, podem ser caracterizados como uma extensão da fase de formação do mercado interno, com industrialização substitutiva de importações, vislumbrada já desde 1890 .

A configuração econômica e populacional que caracterizou a etapa anterior vai marcar este período, conferindo novas especificidades às inter-relações entre economia e população. Em primeiro lugar, é preciso mencionar que, a partir de 30, inicia-se o processo de unificação do espaço econômico, ou seja, a unificação dos mercados de capital e trabalho, tendo a indústria como fulcro do processo de acumulação de capital (Lopes & Patarra, 1975)

A Revolução de 30 e seus efeitos sócio-políticos são fundamentais como viabilizadores do processo que concentrou espacialmente o desenvolvimento econômico, conferindo novo sentido à regionalização subsequente, ao mesmo tempo que generalizou, por todo o Brasil, o processo de urbanização.

De fato, a região Centro-Sul passou a constituir a ponta de lança da indústria e da agricultura mais desenvolvida, passando, à medida que o mercado nacional se unificava, a debilitar essas atividades nas outras regiões do país - Nordeste, extremo Sul e Norte. Exemplo disso é a destruição do artesanato das zonas rurais, através da penetração nas demais regiões de produtos fabris do Centro-Sul (Lopes, 1968, 1a. Parte).

O período 1930-50 apresenta uma expressiva diminuição da participação dos movimentos migratórios internacionais: de 835 mil pessoas durante os anos 1921-1930, a imigração decresce para 285 mil e 130 mil, respectivamente, nas décadas de 40 e 50 do século passado.

Esse processo foi acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão de obra para as áreas de concentração econômica; isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades, que teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural⁶

Martine (1990) também considera os vinte anos, compreendidos entre 1930 e 1950, como um período específico na reconstrução do processo de migração de origem rural no Brasil. Segundo o Autor, é a partir da década de 30 que têm início dois processos, aparentemente contraditórios, que só a partir dos anos 1970 começam a se modificar substancialmente e a se confundir num único movimento. De fato, aparecem e se desenvolvem simultaneamente as duas tendências redistributivas denominadas de centrífugas e centrípetas (Morse, 1965) ou seja, enquanto parte dos movimentos promovia a abertura de

⁶ Essas considerações estão amplamente apoiadas nos trabalhos de Singer (1974 e 1976). Consideramos que suas colocações sobre o papel que o crescimento populacional desempenhou no desenvolvimento econômico brasileiro ainda se sustentam e constituem um referencial importante para esse período bem como para o período subsequente, especificamente até os anos 70.

fronteiras agrícolas e a interiorização, outros fluxos serviam para concentrar a população cada vez mais nas cidades.

Prevalece, contudo, entre os diversos autores citados, a tese de que uma vez acelerado o processo de industrialização, este provocou reflexos em todo o território nacional:

Constituiu-se um mercado nacional e integraram-se as várias regiões em benefício da região industrial hegemônica. A necessidade de articulação com os mercados regionais provocou a criação de uma rede de transportes e comunicações. Paralelamente, a produção em escala nacional provocou o desaparecimento do artesanato e aumentou ainda mais o desemprego. Em suma, o aumento dos desníveis sócio-econômicos foi acompanhado pela maior facilidade de transferência física da população (Martine, 1990, p. 20).

Essas colocações, por sua vez, apresentam um quadro bastante modificado da relativa escassez de mão de obra indicada no período anterior; nesse sentido a periodização confirma um recorte que produz distintas relações entre os movimentos migratórios, em seus vários tipos, e a dinâmica econômica, em suas distintas etapas.

Finalmente, é interessante considerar que esse período também coincide com a emergência de políticas sociais; de acordo com Faria & Silva (1983, p.21)

os anos 30 são o marco a partir do qual emerge e toma forma um conjunto de políticas, de âmbito nacional, que incidem sobre alguns aspectos da chamada questão social , tais como: saúde pública, previdência social e assistência médica, educação básica e ordenamento do mercado de trabalho",

cujos efeitos iniciais podem ter reforçado a atração pela cidade.

As forças centrífugas e centrípetas, mencionadas anteriormente, foram reforçadas, indiretamente, de um lado pelas mencionadas dimensões de atração pela cidade e pelo reforço adicional advindo do fato que a Segunda

Guerra Mundial provocou uma aceleração no processo de industrialização, e, de outro lado, pela política ainda protecionista frente ao setor cafeeiro. A marcha do café significou sua expansão para o Oeste Paulista e, posteriormente, para o Norte do Paraná.

Sabe-se que a migração rural-rural com destino a esse Estado, inicia-se já nos anos 30, embora se intensifique na década seguinte e prossiga, com intensidade, até a década de 60, a partir de quando inicia-se uma das mais expressivas inversões de tendências da dinâmica demográfica desse século.

Martine (1990) ainda menciona, para este período, um esboço de movimento em direção às áreas da faixa média do Centro-Oeste/Maranhão, que viria a ter força significativa nas duas décadas subsequentes, sendo importante considerar, de acordo com Balán (1973), que esse movimento, em contraste com o movimento no sentido do norte do Paraná, era composto de contingentes de agricultores de subsistência, pressionados pela falta de terra e pelas secas.

5 – Do desenvolvimento à Internacionalização da economia:1950-2000

Desenvolvimento, Concentração e Êxodo Rural - 1950/1980

As três décadas subsequentes aos períodos até aqui considerados envolvem momentos dos mais dinâmicos e intensos no que se refere às transformações sociais, dinâmica econômica e questões populacionais, suscitando um amplo leque de aprofundamento das questões que nos ocupam.

Difícilmente pode-se falar nessas três décadas sem uma sub-divisão temporal, embora não haja muita coincidência entre os autores quanto aos cortes propostos e quanto aos critérios para os mesmos. Para muitos, a análise inicia-se em 1940, em grande parte por disponibilidade de dados; no entanto, para retomada de dimensões explicativas ainda parece ser que o período 30-50 preserva certa especificidade quanto às interações economia-espaço-população, com implicações analíticas distintas para o período 1950/80

Na periodização utilizada por Lopes (1976), a partir dos anos 50 inicia-se uma etapa caracterizada pela internacionalização do mercado e aprofundamento do caráter monopólico da economia; nessa etapa o dinamismo da industrialização advém da produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis- indústria automobilística, petroquímica, metalurgia, eletrodomésticos, etc.. Essa "nova industrialização", de caráter monopolista, consolidada por empresas internacionais ou nacionais associadas, passou também a ocupar novos espaços através de políticas oficiais deliberadas. A par da intensificação dos pólos iniciais, a indústria criou pólos no Nordeste - perto de Salvador, no Recife, em Fortaleza - através de incentivos fiscais criados com esse objetivo

Por outro lado, o capitalismo industrial monopolista expande-se, vinculado à economia de subsistência, que sob diversas modalidades articula-se com o latifúndio tradicional; daí a necessidade de uma política de transporte e de construção de estradas propiciando a constituição de frentes de expansão agrícola e de ocupação do Centro-Oeste, parte da região Norte e parte da Amazônia (Lopes & Patarra 1975)

A partir dos anos 50 inicia-se uma etapa mais dinâmica da economia nacional; superada a dinâmica de acumulação cafeeira, assiste-se ao que Furtado (1970) chamou de deslocamento do eixo dinâmico da economia, mais propriamente, a configuração de uma dinâmica de acumulação assentada na indústria - aquilo que caracterizaria o longo período da industrialização brasileira, ou ainda, a montagem das bases materiais do capitalismo nacional.

A consolidação de um território nacional integrado, um processo que começou nos anos 1930, completa-se não apenas pela integração comercial e, posteriormente, pela integração econômica (Guimarães, 1986) das várias regiões, mas também por uma articulação nacional do mercado de trabalho.

Até 1960 o processo de industrialização, essencialmente de cunho mercantil, foi conduzido pelo capital sediado em São Paulo; nesse período, explicitam-se essas diretrizes gerais: eliminação de impostos interestaduais, melhoria dos sistemas de transporte e conversão dos antigos "problemas regionais" em "problemas nacionais". Paralelamente criam-se políticas e instituições nacionais com a finalidade de enfrentar os problemas de custos, subsídios e preços de uma série de produtos regionalmente localizados.

O protecionismo de que se beneficiou a indústria nacional, em razão da crise do café, da guerra e também dos desequilíbrios cambiais, em conjunto com o aumento da renda e do emprego, permitiram uma integração pouco competitiva, pelo menos até o início dos anos 50. Apenas no início desta década, com a modernização e expansão da indústria no Sudeste, é que ampliou-se a competitividade inter-regional, com efeitos destrutivos sobre a indústria leve da periferia, notadamente no Nordeste. Em que pese esses efeitos destrutivos, os anos de 1930 a 1960 caracterizam-se não apenas por elevadas taxas de crescimento da produção industrial, mas também pelo fato de nenhuma região do país ter regredido ou estagnado.

Mas esse processo de integração avançaria, de fato, mudando inclusive suas características apenas após o Plano de Metas, em razão da própria industrialização e também das políticas que ampararam a migração de capital produtivo do Sudeste para as periferias regionais - notadamente para o Norte e Nordeste do país (Cano, 1985). Na verdade, uma vez montada a indústria pesada e de bens duráveis em São Paulo, a integração do mercado nacional

bloqueava as possibilidades de eventuais "industrializações autônomas". Se esse processo não inviabilizava o crescimento das demais regiões que, ao contrário, seguiam crescendo a taxas expressivas, resultava num elevado grau de complementaridade entre suas estruturas industriais. O resultado foi uma sensível concentração regional da indústria brasileira.

Nesse contexto, o sentido geral dos movimentos migratórios adquiriu sentido em função do realinhamento territorial das atividades econômicas; esse movimentos, por sua vez, foram decisivos na temporalidade e nas características do desenvolvimento urbano-industrial no Brasil. Esse processo, ao definir as articulações da economia, passou a provocar, no meio rural, tanto situações de expulsão de população derivadas da introdução de formas capitalistas de produção e da concentração fundiária, como situações de incorporação no segmento urbano, quer na condição de assalariados, quer ainda pela multiplicação de formas não capitalistas de produção recriadas pelo próprio movimento de acumulação (Pacheco & Patarra, 1997 e Pacheco, 1998).

A concentração da atividade econômica, aliada à produção de um excedente populacional no campo e à própria incapacidade das áreas urbanas das regiões mais atrasadas em absorver essa população, já apontavam o sentido que iriam assumir os expressivos movimentos migratórios que se estendem até os anos 70. A dimensão da migração interna revela a intensa mobilidade social que caracterizou o período de rápido crescimento da economia brasileira. E é ainda maior quando se contabiliza a migração rural-urbana de todas as regiões.

Mesmo que as migrações reflitam processos complexos- com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos, que vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano, seus principais determinantes podiam ser apreendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades de cada região. Em grande parte a expulsão do campo era conseqüência da concentração da estrutura fundiária. A incapacidade da economia de reter a população expulsa de seus hinterlands impulsionava a migração interestadual, quer para as fronteiras agrícolas, quer ,sobretudo, em direção às áreas urbanas do Sudeste. Por outro

lado, a tecnificação incipiente da agricultura, aliada a transformações de ordem demográfica e social no campo, possibilitou uma intensa elevação da migração de origem rural.

Esse processo atingiu seu clímax na década de 70, quando a modernização agrícola fez a migração rural-urbana alcançar a cifra de 15,6 milhões de pessoas. Mas, contraditoriamente, esta década já convivia com uma desconcentração da atividade econômica (Pacheco & Patarra, 1997)

Praticamente a totalidade dos estudos existentes sobre o tema utilizam a lógica de fatores de atração versus fatores de expulsão como recursos de análise; é importante reter, no entanto, o significado desses fatores no contexto histórico em que operam. Na interação com os componentes da dinâmica demográfica, os movimentos migratórios já passavam a operar frente a uma situação de declínio da mortalidade e altos níveis de fecundidade, acarretando, portanto, um acréscimo no crescimento vegetativo; esse "excedente populacional" constituía um "fator de expulsão", principalmente considerando-se o elevado grau de concentração da propriedade da terra, da predominância dos minifúndios, do esgotamento da terra devido às técnicas de exploração adotadas, entre outros fatores (Martine 1990). Na verdade, permanece válida, para o período, a colocação crítica de Singer (1973a) considerando, tanto áreas de estagnação como áreas de mudança tecnológica, situações geradoras de um excedente populacional e, portanto, "causas" da migração de origem rural.

A intensidade da desruralização da população brasileira, no período, pode ser indicada, em termos percentuais, pela cifra de apenas aproximadamente 36% residir no meio urbano em 1950 e aproximadamente 70% aí residir em 1980. Em termos absolutos, o saldo líquido migratório rural foi de aproximadamente: -10.842.000, -11.412.000, -14.413.000, respectivamente, para as décadas 1950-60, 60-70 e 70-80, ou seja, mais de 36 milhões de pessoas deixaram a área rural nessas três décadas (Camarano e Beltrão, 2000).

Enfocando o processo de desruralização da população brasileira, Camarano e Abramovay (1997) sugerem sucessivos ciclos regionais de movimentos rural-urbanos, caracterizados, na década de 50, por um enorme

êxodo rural de Nordestinos (dos 10,8 milhões de migrantes rurais brasileiros dessa década, quase metade- 47,6%- vinha do Nordeste), e, no conjunto, como decorrência de vários fatores, entre eles a construção da Belém-Brasília, da nova Capital Federal, das grandes migrações para as áreas metropolitanas e mesmo as migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além de grandes secas no Nordeste.

Nesse momento, também, quase 4 milhões de pessoas, na região Sudeste, e 20,6% da população da região Norte deixam as áreas rurais; o êxodo rural da região Sul, por sua vez, atinge 18,8% da população no início do período. O caso do Sul suscita um comentário específico: algumas regiões do Rio Grande do Sul já estavam expulsando população em direção às cidades, enquanto outras (Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná, Norte do Paraná) estavam recebendo novos habitantes, em geral vindos do Alto Uruguai gaúcho (Camarano & Abramovay, 1997, p. 11).

Os anos 60 foram marcados pela emigração maciça do Sudeste rural, que atingiu a cifra de 6 milhões de pessoas, constituindo esse o momento da grande desruralização da região. A década seguinte (1970) é caracterizada pela emigração de origem rural de duas grandes regiões fornecedoras, o Nordeste e o Sudeste, situações contrastantes que permitem a autores concluírem que "...nem sempre o êxodo rural está associado à transformação na base técnica dos sistemas produtivos na agricultura" (Camarano & Abramovay, 1997, p13).

Aproximadamente 5 milhões de pessoas deixaram o Nordeste rural, nessa década, e o Sudeste constitui o segundo fornecedor, com aproximadamente 1,5 milhões de pessoas. No caso do Sudeste, é considerado verossímil que a mecanização, a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de café tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para provocar a continuidade do processo de desruralização que havia tido seu auge na década anterior. No caso do Nordeste, por outro lado, essa nova leva é considerada associada a um certo nível de pecuarização, mas, sobretudo, à expulsão generalizada de "moradores" dos engenhos e às oportunidades ainda maiores de migrações

inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante o milagre econômico (Camarano & Abramovay, p. 13).

Nos anos 70, quase metade (45,5%) da população rural da região Sul saiu do campo, acarretando uma redução de aproximadamente 2 milhões de habitantes de suas áreas rurais; esse êxodo rural tão rápido é atribuído aos subsídios, aos incentivos econômicos e ao aparato institucional mobilizado para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão de obra no campo. Além desses elementos explicativos, os autores consideram os efeitos, numa economia agrícola predominantemente de base familiar, dos altos níveis de fecundidade anteriores, concluindo, na junção de todos esses elementos, nesse momento, que " A fronteira agrícola da região já está totalmente ocupada e a região Norte começa a representar, para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina , o que o Oeste destes Estados representou anteriormente para seus pais, vindos do Rio Grande do Sul" (Camarano & Abramovay, 1997, p. 14). Daí a importância dos "gaúchos" na ocupação e dinamismo de áreas rurais na região Norte.

No que se refere à região Centro Oeste, nessa década, sua população rural, distintamente do que havia ocorrido na década anterior, já iniciava um declínio em números absolutos, declínio esse que se acentua na década posterior; de valores superiores a 6,8% nos anos 60 e 4,1% nos 70, cai para níveis próximos aos 3% ao na década de 80 (Cunha, J.M.P..1997). Há que se considerar, ademais, que essa década também coincide com o início do declínio da fecundidade rural, principalmente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

A contrapartida urbana do fenômeno fez com que tal período fosse marcado pela explosão do crescimento urbano, com crescente processo de concentração da população em cidades cada vez maiores (Martine, 1987). A já clássica análise de Martine (1984) quantificava e regionalizava os grandes movimentos, considerando seu ponto de partida - 1940 - como de operação conjunta de forças centrípetas e de forças centrífugas, já mencionadas, caminhando rapidamente para uma diminuição cíclica e crescente do papel das frentes de expansão agrícolas enquanto absorvedoras de contingentes populacionais expressivos, e a concentração populacional crescente num

conjunto cada vez menor de áreas urbanas, com absoluto predomínio de São Paulo, nos anos 70.

6 – Internacionalização da economia, globalização e novas territorialidades: 1980-2000

Há consenso entre os especialistas sobre a constatação de que, a partir dos anos 80, ocorrem acentuadas transformações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil, sintetizados num menor crescimento das metrópoles, numa maior predominância de migrações a curta distância e intra-regionais, numa incidência acentuada de migrações de retorno- sugerindo uma circularidade de movimentos - , na tendência a um crescimento de cidades de porte médio e na configuração generalizada de periferias no entorno dos centros urbanos maiores , nas distintas regiões do país.

Esse último período, ademais, caracteriza-se pela emergência de fluxos de emigração de brasileiros: Brasil/Estados Unidos, Brasil/Japão, Brasil/Europa, e o caso específico dos movimentos de trabalhadores rurais para o Paraguai, cujo início retrocede aos anos 60 (Patarra, 1996,1997, CNPD,2001). No que se refere à entrada de novos contingentes de estrangeiros, embora em termos numéricos não seja mais tão expressiva, torna-se bastante significativa dos "novos tempos", com sua polaridade entre imigrantes pobres, sul-americanos, principalmente bolivianos e peruanos, de um lado, e pessoal técnico qualificado e empresários de outro. A localização dos novos imigrantes pobres nas áreas metropolitanas, principalmente São Paulo, tem sido cuidadosamente estudado (Silva, 1997), o que permite detectar a formação de "clusters" de mão de obra precária, nos interstícios de uma produção semi-clandestina de mercadorias competidoras, pelo baixo custo de produção, no mercado global.

A partir da constatação dessas evidências, o debate suscita várias interrogações sobre a natureza dos movimentos migratórios recentes no Brasil; em que medida as novas configurações dos movimentos migratórios seriam efeitos dos processos anteriores de concentração e desconcentração industrial

ou estariam já refletindo o novo contexto internacional, com perversas conseqüências em níveis crescentes de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho? A flexibilização das relações de produção, com todas as precarizações da força de trabalho, reforçada por políticas sociais deficitárias e insuficientes, poderiam ser percebidas e orientadoras de buscas de alternativas distintas para determinados grupos de migrantes? A diversidade de movimentos e de grupos sociais envolvidos poderia estar refletindo, também, a desigualdade social acirrada, influenciando a decisão de fuga das metrópoles por parte crescente de setores de classe média?

Na verdade a década de 80 inicia-se com uma das mais graves crises da História do Brasil. A recessão e a elevação do desemprego assumiram uma expressão até então desconhecida; o produto industrial caiu e no final da década todos os indicadores refletiam com nitidez os efeitos da crise e da estagnação da economia brasileira. Os resultados médios desse decênio apenas não foram menores por conta do crescimento do período 1984/86, quando a economia beneficiou-se da recuperação patrocinada inicialmente pelas exportações e, na seqüência, pelos efeitos do Plano Cruzado. Esse desempenho foi resultado das políticas de ajustamento à crise internacional praticadas a partir do final da década anterior. Ou seja, não se trata apenas de desconcentração, mas de uma instabilidade crônica retratada na rápida flutuação do nível de atividade e na deterioração da capacidade de absorção dos mercados de trabalho, sobretudo nas grandes metrópoles.

De fato, de acordo com Pacheco,

O desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e da indústria 'periférica' não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio inter-regionais, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões, resultando numa significativa diferenciação econômica do espaço nacional, inclusive em termos intra-regionais. Este fenômeno foi intensificado na última década e meia, em razão do impacto diferenciado da crise econômica e do surgimento de pequenas "ilhas" de prosperidade, dentro de um contexto de estagnação da economia nacional (Pacheco, C. A., 1998, p. 230).

A busca do entendimento das relações entre movimentos migratórios e distribuição espacial da população, neste período, está marcada por sua relação com os efeitos simultâneos de desigualdades estruturais e conjunturais de crise. A visibilidade mais nítida é o que alguns especialistas chamam de efeitos multiplicadores do "espraiamento" originários da histórica concentração urbano-industrial no Sudeste, que, por sua vez, imprime novas características à rede urbana:

Esse espraiamento industrial estimulou o adensamento do sistema urbano brasileiro e os vínculos de interdependência e complementaridade entre cidades estratégicas postadas nas diferentes partes do sistema. Tais pontos conferem lógica e sentido à rede e tendem a sintetizar espacialmente o processo de mudanças estruturais de longa duração. Esses espaços vêm emoldurando localizações alternativas para investimentos econômicos e permitindo o surgimento de novos papéis e distinto níveis de especialização econômica passíveis de cristalizar desenhos pelos quais circulam mercadorias, pessoas e capitais, não necessariamente circunscritos a um perímetro definido no Sul-Sudeste... (Matos,R.& Baeninger, R., 2001).

De fato, a partir dos anos 80 pode-se observar uma desaceleração contínua no ritmo de crescimento populacional metropolitano. O Brasil metropolitano dos anos 90 cresce menos que em décadas anteriores e menos ainda que as demais áreas urbanas do País. Em 2000, a população definida como rural era constituída por 34 milhões de pessoas, 18,8% do total populacional de 169,6 milhões; a população definida como urbana, portanto, registrava um cifra de 137,9 milhões, ou seja, 81,2% da população total.

Essa população distribuía-se por 5.507 municípios, com tamanho variando de 10,4 milhões em São Paulo a menos de 1.000. Das sedes municipais formalmente classificadas como cidades, 330 tinham menos de 1000 habitantes. Destas, 193 (58,5%) estavam na região Sul. A menor cidade no Brasil era Monte Alegre dos Campos, no Rio grande do Sul, com uma população de 112 habitantes (IBGE - Síntese de Indicadores Sociais).

Buscando-se registrar as relações entre os níveis de crescimento populacional e a dinâmica econômica das Grande Regiões do país, há que se

considerar, em primeiro lugar, os ritmos mais baixos das taxas de crescimento populacional, com exceção da região Sul (tabela 6)

A dinâmica econômica recente, por sua vez, aponta, em nível regional, a região Norte destacando-se pela produção agropecuária concentrada em Rondônia e no Pará; há que se notar o elevado peso que a indústria assumiu no PIB regional do Norte, resultado de um lado, da atividade extrativa mineral e, de outro lado, do funcionamento da Zona Franca de Manaus, além da madeira, com expressiva participação no total da indústria (Pacheco, C A . 1998, p. 231-232)

Essa região tem se destacado, principalmente a partir dos anos 1970, por taxas de crescimento quase sempre mais elevadas do que as do Brasil como um todo: 4,8% nos anos 70, 3,6% nos anos 80 e 2,8% nos anos 90, crescimento esse devido tanto aos contingentes rurais bem como, mais recentemente, aos contingentes urbanos de sua população. Destaca-se, nessa região, o aumento da concentração populacional em uns poucos pólos de desenvolvimento e de prestação de serviços e forte estímulo à migração rural-urbana.

As migrações inter-regionais para a região perdem intensidade a partir dos anos 1980, entre outros motivos pelas mudanças nas formas de ocupação das áreas de fronteira, envolvendo a incorporação de vastas extensões de terra por modernos empreendimentos agro-pecuários, utilizadores de tecnologia avançada e voltados exclusivamente para o mercado. Os fluxos migratórios intra-regionais, principalmente de tipo rural-urbano, ganharam maior destaque, intensificando uma pressão sobre o meio urbano regional e exacerbando um processo de urbanização que assume a característica de "adensamento pontualizado" nas sete capitais estaduais e numa dezena de outros centros urbanos (Moura, H. A & Moreira, M.M.1997, 1997, p. 139-188)

Na região Nordeste, de forma semelhante às demais regiões brasileiras, há igualmente uma significativa especialização da produção, ainda que o processo de crescimento industrial e agrícola tenha implicado em aumento da heterogeneidade entre as diversas estruturas econômicas estaduais. Em termos de agro-pecuária, a produção continua se concentrando em poucos produtos, com destaque para cana de açúcar, mandioca, feijão, cacau, milho e

arroz. A produção açucareira segue concentrada em Pernambuco e Alagoas, e é na Bahia onde se verifica uma estrutura mais diferenciada, onde, apesar do maior peso da produção de cacau, feijão, mandioca e da pecuária, como também uma pauta de produção mais ampla, com atividades industriais concentradas na produção de bens intermediários e de consumo.(Pacheco, C.A. A., 1998, p. 233-234)

De acordo com Bacelar,

Nos anos recentes, movimentos importantes da economia brasileira tiveram repercussões fortes na região nordeste. Tendências de acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro, fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pela atividade econômica na região (...) Dentre êles cabe destaque para o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, no que se refere às atividades industriais, além do pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco), das parcelas de moderna agricultura de grãos (que se estendem dos cerrados baianos atingindo, mais recentemente, o sul dos Estados do Maranhão e Piauí), do moderno pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte (com base na agricultura irrigada do Vale do Açu), do pólo de pecuária intensiva do agreste de Pernambuco; e dos diversos pólos turísticos implantados nas principais cidades litorâneas do Nordeste (Araújo, T.B., 1995:132)

Nessa região, tradicional área de emigração, ainda marcada por acentuados diferenciais de pobreza e condições de vida, registra-se também um decréscimo, em números absolutos, de sua população rural: de 17,2 milhões, em 1980, para 16,7 milhões em 1991 e 14,8 milhões em 2000. Apesar de ainda concentrar quase a metade da população rural do Brasil, em função das significativas transformações econômicas, sociais e demográficas, a região, no último levantamento censitário apresentou uma população urbana praticamente duas vezes maior que a rural: 33 milhões de pessoas. Em conjunto, no último decênio a Região cresceu a uma taxa geométrica anual de

1,30%, menor do que sua correspondente para o período 1980/1991, que havia sido de 1,83%, refletindo ainda o peso do saldo emigratório negativo.

A região Centro-Oeste é marcada por dois processos bastante expressivos: a ocupação e expansão das fronteiras agrícolas e o crescimento de aglomerações urbanas tendendo à metropolização, com Brasília e entorno. (Cunha, 1997, pp.91-138). Seu elevado crescimento populacional recente está condicionado à sua situação de fronteira agrícola a qual se caracteriza, segundo Martine (1994) "*por uma fronteira, ao mesmo tempo, recente e renovada*".

Ou seja,

...grande parte do Centro-Oeste foi ocupada durante as décadas de 50 e 60 por uma agricultura extensiva, apoiada pela criação de núcleos urbanos regionais de rápido crescimento, como Goiânia e Brasília. Porém, na década de 80, o Centro-Oeste ainda apresentava um grau de ocupação reduzido, mas foi palco de uma nova dinamização da agropecuária, particularmente através da consolidação do complexo grãos-carne (p. 22).

A dinâmica regional é fortemente marcada pelo avanço na produção de grãos- soja, milho -, bem como pelo deslocamento da pecuária de corte para a região. De fato, o setor terciário e a atividade industrial da região estão fortemente atrelados ao dinamismo agropecuário com reflexos importantes na configuração urbana-regional.

De acordo com Cunha, pode-se constatar na região Centro-Oeste a coexistência de dois padrões diferenciados de crescimento econômico-demográfico, onde, por um lado, o estado de Mato Grosso vem se destacando pela expansão do cultivo da soja e seus efeitos multiplicadores nas áreas urbanas e, por outro lado, por estados que já não denotam o dinamismo de áreas de fronteira (Goiás e Mato Grosso do Sul) ou de "nova capital" como Brasília.

Nos anos 1980 a região crescia a uma taxa anual de 3,01% e nos anos 1990 a 2,36%, em ambos os casos acima da média nacional, ainda expressando o peso de seu saldo imigratório positivo. No último levantamento censitário a região registra um total de aproximadamente 10 milhões de pessoas residindo em áreas urbanas e 1,5 milhões em áreas rurais.

No caso da região Sudeste, suas taxas de crescimento populacional situam-se entre as mais baixas de todas as Grandes Regiões; embora contendo três importantes metrópoles, sua taxa foi inferior à média nacional; 1,77% a.a. em 1980/91 e 1.60% em 2000. Também é conhecido o fato de que a Região Metropolitana de São Paulo vem experimentando um crescimento populacional bastante baixo a partir dos anos 80, refletindo o declínio da fecundidade e, de forma bem mais acentuada, os novos processos migratórios de e para a região, inclusive com elevado volume de migrantes de retorno e claros indícios de circularidade de movimentos migratórios.

No caso do Sudeste, o contraste entre as populações residentes em áreas consideradas pelo Censo Demográfico como urbanas e rurais ainda é mais acentuado; sua população rural continuou registrando queda absoluta, de 8,8 milhões, em 1980, para 7,5 milhões, em 1991 e 6,8 milhões em 2000, demonstrando que o crescimento da região se estabeleceu em localidades urbanas: 89,3% da população do Sudeste estava concentrada em áreas urbanas, em 2000, totalizando, em termos absolutos, um contingente de 65,5 milhões de pessoas .

Em sua análise da dinâmica regional recente, Pacheco(1998) considerando a diversidade interna à região aponta para a diversificação das estruturas produtivas em São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, o destaque vai para atividade agropecuária, predominantemente cana de açúcar, cítricos e pecuária, acoplado ao intenso processo de urbanização de seu interior; do ponto de vista da indústria visualiza-se um equilíbrio maior entre o segmento de bens intermediários, bens de consumo não duráveis e bens duráveis e de capital, tendo como principal exemplo o peso do complexo metal-mecânico; juntos, metalurgia, mecânica, material de transporte e material elétrico e de comunicações respondiam por 40% do VTI regional em 1985, com expressivo peso da indústria química.

A economia do Rio de Janeiro é essencialmente urbana, com peso ínfimo da produção agrícola, restrita a uma pequena produção de cana de açúcar, laranja e alguns produtos oleícolas. A produção industrial revela uma maior especialização na extrativa mineral em função da atividade petrolífera de Campos, e também da química. No caso de Minas Gerais e Espírito Santo,

suas estruturas econômicas ainda refletem um acentuado peso da extração mineral, da siderurgia e do café; sua atividade industrial está voltada preponderantemente à produção de produtos intermediários, com peso expressivo da extração mineral. O destaque, neste caso, é o progressivo aumento da produção de soja em Minas Gerais, que já é a terceira lavoura em importância no estado (Pacheco, 1998.p.236).

A região Sul vem apresentando os menores níveis de crescimento populacional do país, com também acentuado declínio de suas populações rurais, devido ainda aos reflexos do grande êxodo rural do Paraná, que, tendo se iniciado nos anos 70, estendeu-se pelos anos 80. No início dos anos 90, essa região registrou uma taxa de crescimento populacional de 1,24% a.a., sendo de -1,32% o decréscimo rural, menos acentuado que nos períodos anteriores. O crescimento das áreas urbanas do Sul reflete-se num contingente de aproximadamente 20 milhões de pessoas vivendo em áreas definidas como urbanas contra aproximadamente 5 milhões em áreas rurais, manifestando os efeitos do desempenho apresentado pela indústria sulista na última década, em especial a catarinense e, mesmo paranaense (Bandeira, 1994).

Por outro lado, no conjunto do país, as características e tendências da distribuição regional da população brasileira reforçam a idéia da força, ainda presente, dos deslocamentos populacionais com origem rural; se considerarmos esse tipo de deslocamento em seu conjunto, pode-se dizer não ter havido uma ruptura de tendências a partir dos anos 80. Como anteciparam Camarano & Abramovay (1997),

Desde 1950, a cada dez anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração. Os anos 1990 não arrefeceram em muito esta tendência: se as taxas de evasão do meio rural, observadas entre 1990 e 1995, persistirem pelo restante da década, quase 30% dos brasileiros que então viviam no campo, em 1990, terão mudado seu local de residência na virada do milênio (p. 2).

Os resultados do Censo Demográfico de 2000 indicam que a perda populacional da área rural brasileira, em seu conjunto, no período de 1995-2000 foi de 246.720 pessoas. No entanto, considerando-se as dimensões

continentais do território nacional, o contingente populacional classificado como rural no último levantamento é bastante expressivo: aproximadamente 32 milhões de pessoas. No entanto, e apesar de sua expressão numérica, nosso ponto de vista é o de que, também no caso das migrações com origem rural, os anos 80 marcam um momento de ruptura do processo anterior, pelo menos no que se refere ao significado distinto, e portanto também distintas alternativas de desenvolvimento, que assumem esses movimentos de população no novo contexto nacional e internacional.

7 – Comentários finais

O presente texto partiu da idéia que tempo e espaço constituem recursos metodológicos úteis para o equacionamento da problemática em questão, ou seja, as relações entre dinâmica econômico-social e o processo de desruralização/urbanização e regionalização da sociedade brasileira.

Adotou-se uma periodização basicamente econômica, mas com algum espaço para eventos políticos que marcaram inflexões decisivas em alguns momentos.

Os períodos considerados foram agrupados em dois grandes momentos; o primeiro, ciclo de aproximadamente cem anos, marcado pelo movimento geral de constituição e consolidação da sociedade urbano-industrial; neste ciclo, considerou-se como sub-períodos: a) os antecedentes da economia cafeeicultora, ou seja, a etapa chamada de "primário-exportadora pura" da economia brasileira, definidora de territorialidades cristalizadas no período colonial e, por sua vez, condicionadora do processo ulterior; b) o período coincidente com a Primeira República, a ascendência e crise do ciclo cafeeicultor, os grandes fluxos imigratórios e a configuração de desigualdades regionais ; c) o interregno 30-50, marcado pelo autoritarismo político, populismo, efeitos da Segunda Guerra Mundial, consolidação da regionalização, constituição do mercado nacional, prenúncios dos movimentos internos maciços; d) o subperíodo 50-80, com o surto de crescimento

econômico, urbanização concentrada, êxodo rural, crises políticas e debacle do modelo desenvolvimentista.

Uma nova etapa - quem sabe início de um novo ciclo, parece emergir a partir dos anos 80; marcada pela crise e insustentabilidade do desenvolvimento estruturado anteriormente, e crises financeiras, redefinição do papel do Estado, desconcentração industrial e populacional, novas modalidades de movimentos migratórios e, por último, mais um ingrediente de sua tentativa de inserção no contexto internacional, a emigração. Esses dois grandes momentos conformam os cenários globais a partir dos quais desenvolvem-se os processos em análise.

No interior de cada uma das etapas de desenvolvimento econômico-social regionalizado buscou-se captar as tendências e características dos movimentos migratórios; nesse esforço, buscou-se destacar a dinâmica que sustenta os grandes movimentos de origem rural, tema menos freqüente na bibliografia especializada.

Buscou-se refletir sobre as defasagens temporais entre a dinâmica econômica e a dinâmica demográfica, bem como ressaltar os efeitos contraditórios e excludentes dessas ordens de fenômenos, embora a compatibilização com a temporalidade censitária muitas vezes comprometa a reconstrução dos movimentos. .

A espacialização partiu do pressuposto do espaço construído. O desenvolvimento regional desenvolve-se numa territorialização marcada historicamente, desde os ciclos econômicos exportadores, passando pelas etapas re-estruturantes da economia nacional, até a configuração atual, onde a diversidade interna e os novos significados das relações de trabalho e organização social demandam novos cortes para entendimento dos processos emergentes.

Observou-se que os movimentos de origem rural configuram distintos "tipos", marcados pela predominância de economia de subsistência, por modalidades não assalariadas de produção (colonato de café), do papel da unidade familiar de produção, modalidades assalariadas, entre outras. Como contrapartida, o crescimento populacional urbano também configura "tipos" de

movimentos migratórios, datados historicamente, diversos em seus significados e em suas implicações.

Pretende-se que os elementos históricos aqui resgatados possam contribuir para o aprofundamento do entendimento da situação presente, onde, apesar de manterem-se muitas vezes, as tendências anteriores na "aparência", seu sentido é totalmente distinto, em função dos condicionantes macros: reestruturação da sociedade no cenário da economia internacionalizada.

A diversidade de movimentos migratórios contemporâneos constituem indicações das distintas relações entre dinâmica sócio-econômica e dinâmica demográfica nesta nova etapa; migrações de retorno, bem como migrações no sentido urbano-rural, entre outras, devem ser vistas com detalhe, pois são indícios da inversão do movimento geral anterior. A análise do presente, beneficiada pelas determinações históricas, requer um repensar no sentido contemporâneo de cidade, metrópole, rural e urbano. Para tanto, a bibliografia sobre novas territorialidades, em suas múltiplas dimensões, constitui dimensão imprescindível no aprofundamento dessas questões.

8 – Referências Bibliográficas

- ARAUJO, T.M.B. de (1984). Industrialização do Nordeste; intenções e resultados. In: MARANHÃO, S. (org). *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1984,p.71-82.
- AZZONI, C. (1986) - "Industria e Reversão da Polarização no Brasil". *Ensaios Econômicos*. IPE/USP. São Paulo.
- BAENINGER, R. (1998) - *Reestruturação Urbana: algumas considerações sobre o debate atual* . Programa de doutorado em Ciências Sociais. Unicamp. São Paulo. Mimeo.
- BAENINGER, R. (1999). *Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes no Brasil – 1980/1996*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- BALÁN, J. (1973) - Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos Cebrap*, São Paulo, (5): 7-79.
- BANDEIRA, D.S. 1994. *A evolução recente da economia na região Sul*. 1993 (Relatório de Pesquisa).
- BAZZANELLA, W. (1963) Industrialização e urbanização no Brasil. *América Latina*, Rio de Janeiro, 6 (1) : 3-21.
- BRITO, F. R. A. (1997) - *População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro*. Tese de doutoramento apresentada ao Cedeplar- Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG .
- CAMARANO, A.A. & ABRAMOVAY, R.(1997). Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil; panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro. IPEA. 1997. *Texto para Discussão* ,621.
- CAMARANO, A.A. & BELTRÃO, K. I - Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. Rio de Janeiro. IPEA. 2000. *Texto para Discussão* , 766.
- CAMARGO, J.F. (1960) - *Êxodo rural no Brasil*. Brasília, Ed. Conquista, 253p. (Temas Brasileiros, vol. 1).
- CANO, W (1989) - Urbanização: sua crise e revisão do seu planejamento. *Revista de Economia Política*, 9 (1) : 62-82.
- _____ (1985) - *Desiquilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil : 1930-1970*. Ed. Global/UNICAMP/PNPE.
- _____ (1981) - *Raízes da concentração em São Paulo*, T.A.Queiróz. 2. Ed.
- _____ (1993) - *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (des)ordem internacional*. Ed. Unicamp. Campinas.
- _____. coord. (1992) - *São Paulo no Limiar do Século XXI* . Governo do Estado de São Paulo-SPG/Fundação SEADE.
- CASTRO, A.B. (1971) - *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Forense, 2 v.
- CHARDON, R.E. (1966) - Changes in the geographic distribution of population in Brasil . In: BAKLANOFF, E. (ed.) - *New Perspectives in Brasil*. Vanderbilt University Press. P.155-178.
- CNPD. 2001. *Migrações Internacionais. Contribuições para Políticas*. Brasília.
- COSTA, M. A. (1975) - *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*. IPEA/INPES. Rio de Janeiro.
- CUNHA, J.M.P. (1997) Os Movimentos Migratórios no Centro-Oeste na Década de 80. In ABEP/IPARDES. *Anais. Encontro nacional sobre migrações*. Curitiba.
- CUNHA, J. M. P. (coord.). Projeto "Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização". Campinas : NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. *Relatório Final*
- DIEGUES JUNIOR, M. (1965). Internal migration in Brasil .In: *World Population Conference*, 1965, vol.4, p.492-495
- DINIZ, C.C. (1987). *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. UNICAMP/IE. Tese de doutoramento.

- _____ (1993). *Desenvolvimento poligonal no Brasil: início da desconcentração, risco de reconcentração*. UFMG. Tese de professor titular. Belo Horizonte.
- _____ (1994). *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. IPEA. Brasília.
- FARIA, V. & SILVA, P.L.B. (1983) - *Transformações estruturais, políticas sociais e dinâmica demográfica : discussão de um caso, Brasil, 1950 - 80*. Congresso Latino-Americano de População e Desenvolvimento, México, nov. 1983 .
- FARIA, V. (1973) - O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. *Estudos Cebrap*, São Paulo, (4) :90-115.
- _____ (1974) - Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. In *Estudos Cebrap*. N.o 9, jul-set., p. 129-151.
- _____ (1976) - *Occupational marginality, employment and poverty in urban Brasil*. Tese de Doutorado.
- _____ (1978). O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In *Anais do I Encontro da ABEP*. Campos de Jordão: p.89-108.
- _____ (). Cinquenta anos de urbanização no Brasil. In *Novos Estudos Cebrap*, n.o 29, p.98-119.
- FRANCO, M.S.M. (1976) - *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. Ática. 2.a ed. São Paulo.
- FURTADO, C. (1970) - *Formação Econômica do Brasil*. 10a. ed. São Paulo, Nacional, 248 p.
- GEIGER, P. P. (1963) - *A evolução da rede urbana brasileira*. Coleção Brasil Urbano, n.o 1. MEC. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, M. F. (org.) (1950)- *O Novo Brasil Urbano*. Edit. Mercado Aberto. Porto Alegre.
- GRAHAM, D. & BUARQUE DE HOLLANDA, F.S. (1971). *Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo, IPE/USP.
- _____ (1963). The migrant population or urban Brasil. *América Latina*, Rio de Janeiro, 6 (2): 41-71
- HOGAN, D. et al orgs. (2002). *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas. Nucleo de Estudos de População/UNICAMP: Pronex
- HUTCHINSON, B. (1963) - Urban social mobility rates in Brasil related to migration and changing occupational structure. *América Latina*, Rio de Janeiro, 6(3): 47-61.
- KAHIL, R. (1965) - The absorption of manpower by the rural and urban sectors of Brasil. *Bulletin*, Oxford University, Institute of Economics and Statistics, 27 (1): 45-53.
- KATZMAN, M. T. (1977) - *Cities and frontiers in Brazil*. Cambridge, Harvard University Press, 225p.
- KINGSTON, J. (1965) - Some demographic and economic characteristics of rural areas in Brasil. In: *World Population Conference, 1965*, vol. 5. P. 383-398.
- LOPES, J.B. 1973. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. *Estudos Cebrap*, no. 6, out/dez, p.129-42
- LOPES, J. R. B & PATARRA, N. L. (1974) - Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. In *Estudos sobre a população brasileira*. São Paulo, p. 17-40. Estudos Cebrap 20.
- LOPES, J. R. B. (1981) - *Desenvolvimento e mudança social*. 5a. Ed. São Paulo. Nacional. 215 p.
- MARTINE, G & GARCIA, R. C.(1987)- *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. Caetes/Hucitec.
- MARTINE, G & NEUPERT, T. (1988) - A produção da ABEP na área de migrações internas. *ABEP, primeira década: avanços, lacunas, perspectivas*. Belo horizonte. ABEP. P. 45-68.
- MARTINE, G & PELAEZ, C. (1972) - *Urbanization trends in Brazil*. Rio de Janeiro, abr. 44 p. Apresentado em : Technical Seminar on Urbanization and Population Growth in Latina America

- MARTINE, G. & CAMARGO, L. (1984). Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 1 (1) : 99-144.
- MARTINE, G. (1984). O significado demográfico da fronteira agrícola. *Espaço e Debates*. (13): 74-83.
- _____ (1990). As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica”, in ABEP, IUSSP, CELADE - *História e População*. Fundação SEADE, São Paulo, 1990.
- _____ (1989). *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. CAA/IPLAN, abr. 61 p.
- MARTINS, J. de S. (1975). *Capitalismo e Tradicionalismo - Estudo sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. Pioneira. São Paulo.
- _____ (1979). A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café. In _____ - *O Cativo da Terra*. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
- MATOS, R. & BAENINGER, R. (2001). *Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente*. XXIV General Population Conference. IUSSP.
- MAGALHÃES, M. do V. Movimentos Migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ABEP/IPARDES(1997) *Anais. Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba.
- MELLO, J.M.C. (1984) - *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense. São Paulo.
- MERRICK, T & GRAHAM, D. (1979) - *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present* . Baltimore, John Hopkins_University Press. 385 p.
- MOURA, H.A. & MOREIRA, M.M. As Migrações na Região Norte em Período Recente: uma abordagem preliminar. In ABEP/IPARDES. *Anais., Encontro Nacional sobre Migrações*. Curitiba
- MORSE, R. (1958). *From Community to Metropolis*. Gainsville, University of Florida Press.
- _____ (1965) - Recent research on latin-american urbanization: a selective survey wity commentary. *Latin American research review*, Houston, 1 (1): 35-74.
- _____ (1975). *A evolução das cidades latino-americanas*. Brasiliense/CEBRAP. São Paulo
- MOTTA, D.M. e AJARA, C.. *Rede urbana brasileira-hierarquia das cidades*. Curso de Gestão Urbana e de Cidade EG/FJP-WBI-PBH-ESAF-IPEA, ago, 1999.
- NEGRI, B. (1996) - *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo*. Ed. UNICAMP. Campinas_
- PACHECO, C.A. (1992) - *Urbanização e Reprodução Social: marginalidade e precarização das estruturas sociais no desenvolvimento urbano brasileiro*. Relatório A-3 - Convenio SEP/Unicamp.
- _____ (1992)- *Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: Desafios da Política Urbana*. Campinas/Unicamp_mimeo.
- _____ (1998). *Fragmentação da Nação*. UNICAMP. Instituto de Economia. São Paulo.
- PACHECO, C A & PATARRA, N.L.(1997). Movimentos migratórios Anos 80: novos padrões?. *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba. pp.445-462 .
- PACHECO, C.A. et all. (1997) Dinâmica Demográfica Regional Recente: o caso de São Paulo.In: ABEP/IPARDES *Anais. Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba
- PATARRA, N. L. (1984) Dinâmica populacional e urbanização no Brasil : o período pós-30. In *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. 4. Volume. DIFEL, São Paulo.p.239-268.
- _____ (1992) Migração, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa regional por amostra domiciliar. *Documento de Trabalho n.o 1*. UNICAMP. Instituto de Economia - NESUR. Campinas . São Paulo.
- PATARRA, N. L. et allii (1992) - O Censo de 1991 e a nova realidade regional em São Paulo. Convênio FAPESP/NEPO/UNICAMP. *Relatório de pesquisa*. Campinas.

- PATARRA, N. L. et all. (1997) - *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana : São Paulo 1980-1993*. UNICAMP. 574 p
- PATARRA, N.L. (1983) - Movimento migratório: características e tendências recentes . In Centro de Estudos Migratórios de São Paulo - O vaivém da sobrevivência. Edições Paulinas. São Paulo.
- _____ (org.) .1996 *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. FNUAP.
- _____ (org.) .1997. *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*. FNUAP
- REIS FILHO, N.G. (1968). *Evolução Urbana no Brasil*. Biblioteca Primeira de Arquitetura e Urbanismo. USP. São Paulo.
- RICHARDSON, H. (1975) *Economia Regional, Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional*. ZAHAR. Rio de Janeiro.
- RIGOTTI, J.I.R. & CARVALHO, J. A.M. As Migrações na Grande Região Centro-Leste . In ABEP/IPARDES. *Anais, Encontro Nacional sobre Migrações*. Curitiba.
- SAWYER, D. & RIGOTTI, J.I.R. (2001) *Migration and Spatial Distribution of Rural Population in Brazil, 1950-2050*. General Population Conference. IUSSP. .
- SILVA, S. (1976). *Expansão cafeeira. Origens da Indústria no Brasil*. Editora Alfa-Omega. São Paulo, cap. IV.
- SILVA, S. (1997). *Costurando Sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo. Ed. Paulinas.
- SINGER, P. (1968). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo. Nacional. 377 p.
- _____ (1973a). Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In *Economia Política da Urbanização*, Ed. Brasiliense . São Paulo.
- _____ (1973b). Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-americano. In *Economia Política da Urbanização*. Ed. Brasiliense. São Paulo
- _____ (1976). *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento Econômico*. Ed. Hucitec. São Paulo
- SMITH, T. L. (1965) - The role of internal migration in population redistribution in Brazil . in *World Population Conference*., 1965. Vol. 4. P. 555.
- _____ (1963) - Internal migration . In *Brazil; people and institutions*. Baton Rouge , Louisiana State university Press. P. 144-198.
- VAINER, C. & BRITO, F. (2001) Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil. XXIV General Population Conference. IUSSP.

9 – Anexo de Tabelas

Tabela 1

Distribuição Percentual da população por Estados e Regiões do Brasil,
1808/1890 e 1900/1950

Regiões (1)	Fase Primário-Exportadora				Fase de Formação do Mercado Interno			
	1808	1823	1872	1890	1900	1920	1940	1950
População (em milhares)	2.419,4	3.960,9	9.930,5	14.333,9	17.438,4	30.635,6	41.236,3	51.944,4
Norte	4,0	3,2	3,4	3,3	4,0	4,7	3,6	3,4
Acre	-	-	-	-	-	0,3	0,2	0,2
Amazonas	-	-	0,6	1,0	1,4	1,2	1,1	1,0
Pará	4,0	3,2	2,8	2,3	2,6	3,2	2,3	2,2
Nordeste e Leste	64,8	66,8	64,5	62,1	57,6	54,6	50,2 (3)	48,1 (3)
Piauí	2,9	2,3	2,0	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0
Ceará	6,6	5,0	7,3	5,6	4,9	4,3	5,1	5,2
Rio Grande do Norte	2,1	1,8	2,4	1,9	1,6	1,8	1,9	1,9
Paraíba	3,9	3,1	3,8	3,2	2,8	3,1	3,5	3,3
Pernambuco	10,1	12,1	8,5	7,2	6,8	7,0	6,5	6,5
Alagoas	4,8	3,3	3,5	3,6	3,7	3,2	2,3	2,1
Sergipe	3,1	3,0	1,8	2,2	2,0	1,6	1,3	1,2
Bahia	13,9	17,0	13,9	13,4	12,2	10,9	9,5	9,3
Espírito Santo	2,9	3,0	0,8	0,9	1,2	1,5	1,8	1,7
Minas Gerais	14,5	16,2	20,5	22,2	20,5	19,2	16,3	14,9
Centro-Sul	18,0	18,5	19,1	19,5	23,1	23,9	26,2	26,6
Rio de Janeiro	9,7	11,4	7,9	6,1	5,3	5,1	4,5	4,4
Guanabara	-	-	2,8	3,7	4,7	3,8	4,3	4,6
São Paulo	8,3 (2)	7,1 (2)	8,4	9,7	13,1	15,0	17,4	17,6
Frente Pioneira	8,1	6,5	7,1	7,0	7,0	7,6	9,1	10,6
Maranhão	5,0	4,2	3,6	3,0	2,9	2,9	3,0	3,1
Mato Grosso	1,0	0,8	0,6	0,7	0,7	0,8	1,1	1,1
D.F. (Brasília)	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	2,1	1,5	1,6	1,6	1,5	1,7	2,0	2,3
Paraná	-(2)	-(2)	1,3	1,7	1,9	2,2	3,0	4,1
Sul	5,2	5,1	6,0	8,3	8,4	9,3	11,0	11,0
Santa Catarina	1,6	1,3	1,6	2,0	1,8	2,2	2,9	3,0
Rio Grande do Sul	3,6	3,8	4,4	6,3	6,6	7,1	8,1	8,0

Fonte: Resumo histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil, Rio, 1951 e Censos Demográficos

(1) As populações dos Territórios do Roraima, Amapá e Rondônia estão incluídas, respectivamente, com as dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. O Estado da Guanabara coincide, praticamente, com a cidade do Rio de Janeiro.

(2) A população do Paraná em 1808 e 1923 está incluída com a de São Paulo.

(3) O total da população Nordeste-Leste inclui a do Território de Fernando de Noronha e a do Território em litígio da Serra dos Aimorés.

Apud: Lopes, J. R. B & Patarra, N. L. (1974), pág. 21.

Tabela 2
Populações e Taxas Geométricas de Crescimento das Capitais dos Estados, por Regiões,
1972 – 1950

Regiões	1872	1890	1900	1920	1940	1950	Taxas de Crescimento (2)			
							1872/1890	1890/1900	1900/1920	1940/1950
Norte	91.331	88.784	146.860	312.106	236.472	349.117	-0,2	5,2	3,8	4,0
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704	66.854	89.612	1,6	2,7	2,1	3,0
Boa Vista (1)	-	-	-	-	-	5.132	-	-	-	-
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	164.673	225.218	-1,2	6,8	4,6	3,2
Porto Velho (1)	-	-	-	-	-	10.036	-	-	-	-
Rio Branco (1)	-	-	-	-	4.945	9.371	-	-	-	6,6
Macapá (1)	-	-	-	-	-	9.748	-	-	-	-
Nordeste-Leste	408.455	455.484	540.334	931.022	1.261.306	1.897.538	0,6	1,7	2,8	4,2
Teresina	21.692	31.523	45.316	57.500	34.695	51.418	2,1	3,7	1,2	4,0
Fortaleza	42.458	40.902	48.369	78.536	140.901	205.052	-0,2	1,7	2,5	3,8
Natal	20.392	13.725	16.056	30.696	51.479	94.812	-2,2	1,6	3,3	6,3
João Pessoa	24.714	18.645	28.793	52.990	71.158	89.517	-1,6	4,4	3,1	2,3
Recife	116.671	111.556	113.106	238.843	323.177	512.370	-0,2	0,1	3,8	4,7
Maceió	27.703	31.498	36.427	74.166	80.045	99.088	0,7	1,5	3,6	2,2
Aracajú	9.559	16.336	21.132	37.440	50.306	67.539	3,0	2,6	2,9	3,0
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422	290.443	389.422	1,7	1,7	1,6	3,0
Belo Horizonte	-	-	13.472	55.563	177.004	338.585	-	-	7,3	6,7
Vitória	16.157	16.887	11.850	21.866	42.098	49.735	0,2	-3,5	3,1	1,7
Centro-Sul	353.905	621.854	1.104.696	1.823.144	2.901.999	4.490.956	3,2	5,9	2,5	4,5
Niterói	47.548	34.269	53.433	86.238	124.507	170.868	-1,8	4,5	2,4	3,2
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.519.010	2.303.063	3,6	4,5	1,8	4,2
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.258.482	2.017.025	4,1	14,0	4,5	4,8
Frente Pioneira	99.401	88.857	134.421	186.816	191.949	281.525	-0,6	4,2	1,7	3,9
São Luís	31.604	29.308	36.798	52.929	58.735	79.731	-0,4	2,3	1,8	3,1
Curitiba	12.651	24.553	49.755	78.986	99.410	138.178	3,8	7,3	2,3	3,3
Cuiabá	35.987	17.815	34.393	33.678	18.861	23.745	-3,8	6,8	-0,1	2,3
Goiânia	19.159	17.181	13.475	21.223	14.943	39.871	-0,6	-2,4	2,3	10,3
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sul	69.707	83.108	105.903	220.601	284.260	423.313	1,0	2,5	3,7	4,1
Florianópolis	25.709	30.687	32.229	41.338	25.014	48.264	1,0	0,5	1,3	6,8
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	259.246	375.049	1,0	3,5	4,5	3,8
Brasil	1.022.799	1.338.087	2.032.214	3.473.689	4.875.986	7.442.449	1,5	4,3	2,7	4,3

Fonte: Censos Demográficos.

(1) Capitais de Territórios.

(2) Omitimos deste quadro o período 1920/1940 devido a incomparabilidade dos dados referentes no caso da época mais recente, apenas à proporção urbana das capitais, e na da mais antiga, à população total dos seus municípios.

Apud: Lopes, J. R. B & Patarra, N. L. (1974), pág. 24.

Tabela 3

Entrada de Imigrantes Brasil 1972-1929		
Períodos	Nº Absolutos	%
1872-1879	176.337	3,3
1880-1889	48.622	8,4
1890-1899	1.198.327	22,4
1900-1909	622.407	11,6
1910-1919	815.453	15,3
1920-1929	846.647	15,8

Fonte: Levy, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, n. 8 (supl.) 1975. In Bassanesi, 1995.

Tabela 4

Entrada de Imigrantes - Principais Nacionalidades - Brasil 1972-1929							
Períodos	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084	-	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	28.284	221.881	816.647

Fonte: Levy, M.S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, n. 8 (supl.) 1975. In Bassanesi, 1995.

Tabela 5

População Brasileira e Estrangeira: Censos 1872-1940				
Censos	Pop.Bras.	Pop.Estr.	% Pop. Estr.	Total
1872	9.723.602	388.459	3,84	10.112.061
1890	13.982.370	351.545	2,45	14.333.915
1900	16.364.923	1.074.511	6,16	14.439.434
1920	29.069.644	1.565.961	5,11	30.635.605
1940	39.752.979	1.406.342	3,42	41.159.321

Fonte: Censos 1872, 1890, 1900 e 1940. In Bassanezi, 1995.

Tabela 6

Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%) da população residente, Brasil e Grandes Regiões - 1980/1991 e 1991/2000

Regiões	1980/1991	1991/2000
Brasil	1,93	1,63
Norte	3,85	2,88
Nordeste	1,83	1,30
Sudeste	1,77	1,60
Sul	1,38	1,41
Centro-Oeste	3,01	2,36